



Número: **0804332-73.2020.8.20.5100**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara da Comarca de Assu**

Última distribuição : **17/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MANUELLA PRISCILA MATIAS DA SILVA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
77777 617	25/01/2022 09:56	Intimação	Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

3ª Vara da Comarca de Assu

RUA DR. LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000

Contato: () - Email:

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo: 0804332-73.2020.8.20.5100

Autor: MANUELLA PRISCILA MATIAS DA SILVA

Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

SENTENÇA

1. RELATÓRIO

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA interposta em face do inadimplemento de valores referentes ao Seguro DPVAT, tendo em vista tratar-se de vítima de sequela permanente em decorrência de acidente com veículo automotor.

A demandada, apresentou defesa escrita, arguindo preliminares.

Realizada Perícia médica.

Após decurso do prazo para manifestação das partes acerca do laudo pericial, vieram os autos conclusos.

É o que importa relatar. DECIDO.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 PRELIMINARES

A demandada pugnou pela extinção do feito pela falta de documento essencial à propositura da ação, que no caso seria o laudo de exame de corpo de delito.

A preliminar não merece guarida, na medida em que a ausência de laudo pericial do IML, por si só, não inviabiliza a propositura da ação, na medida em que há plausibilidade de aferir se a negativa de pagamento administrativo foi devida ou não por meio de perícia médica, no sentido de averiguar se o acidente causou lesões enquadradas como indenizáveis sob a ótica do DPVAT.

2.2 MÉRITO

Consiste o mérito em aferir se a parte autora faz jus ao pagamento do Seguro DPVAT, e, caso positivo, também deve-se atentar sobre a fixação correta do valor indenizatório, de acordo com os critérios legalmente estabelecidos.

O Seguro DPVAT é uma proteção de cobertura dos danos pessoais causados por acidentes de veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, que encontra previsão no art. 2º da Lei nº 6.194/74, com suas alterações posteriores.

Nos termos do art. 3º da referida lei, *in verbis*:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

Consoante previsão legal, somente será devido pagamento pela indenização de Seguro DPVAT nos casos de morte, **invalidez permanente (sequelas)** e reembolso com despesas de assistência médica e suplementares, conforme valores estabelecidos.

No caso dos autos, o laudo pericial **ID 72986374** constatou que a parte autora, embora tenha sofrido lesões em decorrência do acidente descrito na inicial, tais debilidades afetaram o patrimônio físico do segurado apenas **temporariamente**, não havendo lesões permanentes que justifiquem o pagamento de indenização, vez que inexistente invalidez permanente de segmento corporal da parte autora.

Intimado o autor não impugnou o laudo.

O perito judicial atua como auxiliar da Justiça com desiderato de prestar assistência ao juiz quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico (art. 156, do CPC).

Nos termos do art. 473 e incisos, do CPC:

Art. 473. O laudo pericial deverá conter:

I - a exposição do objeto da perícia;

II - a análise técnica ou científica realizada pelo perito;

III - a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;

IV - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.

Compulsando os autos, constata-se que o laudo pericial acostado pelo *expert* atende a todos os requisitos legais, pois expôs com clareza o objeto da perícia, a análise técnica realizada, inclusive com indicação do método utilizado e resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados, não havendo qualquer necessidade de esclarecimento do perito ou elaboração de laudo suplementar.

Além disso, observa-se que as lesões já se consolidaram, até mesmo em virtude do tempo decorrido e tendo em vista que não existe nos autos prova de realização de tratamento até os dias atuais.

Nesse sentido:

Seguro obrigatório. DPVAT. Acidente automobilístico. Fratura de membro inferior esquerdo. **Alegação de incapacidade total permanente. Ação julgada improcedente. Laudo pericial que atesta tão só incapacidade laboral temporária por um período de aproximadamente 180 dias. Lesões consolidadas. Indenização indevida. Apelação improvida. Não havendo demonstração de que o acidente acarretou redução definitiva da capacidade laborativa, cuidando apenas de lesões temporárias, já consolidadas, não há como vingar a pretensão ao pagamento de indenização.** (TJ-SP - APL: 00080616920098260506 SP, Relator: Kioitsi Chicuta, Data de Julgamento: 03/09/2015, 32ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 04/09/2015).

Sendo assim, ante a inexistência de lesões que causem incapacidade permanente, bem como diante da consolidação das lesões temporárias, não resta outra alternativa senão a improcedência do pedido.

3. DISPOSITIVO

POSTO ISSO, nos termos do art. 487, I, do CPC, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial.

Condeno a parte autora no pagamento de custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa, ficando a exigibilidade suspensa por força do disposto no artigo 98, § 3º do CPC.

Havendo embargos de declaração, intime-se a parte embargada, por seu advogado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos embargos de declaração interpostos pela parte embargante (art. 1.023, §3º do CPC).

Havendo apelação, nos termos do § 1º, do art. 1.010, do CPC, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, adotando-se igual providência em relação ao apelado no caso de interposição de apelação adesiva (§ 2º, art. 1.010, do CPC), remetendo-se os autos ao E. Tribunal de Justiça, independente de juízo de admissibilidade (§ 3º, art. 1.010, do CPC).

Após o trânsito em julgado determino o arquivamento dos autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

RN, data do PJE

EDUARDO NERI NEGREIROS

Juiz de Direito